

COMITÊ MUNICIPAL DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA
Grupo de Trabalho “Sustentabilidade e Energia”

Subgrupo 2

Memória de reunião do dia 14.06.10

Pauta:

1. Estudo e avaliação dos impactos da geração distribuída, visando seu incentivo no âmbito municipal. Esse estudo apontaria os condicionantes para implementação de uma política municipal de incentivo, orientando a solução que atenda o interesse público;
2. Levantamento e estudos sobre leis e incentivos econômicos favoráveis e redução de GEE e da eficiência energética;
3. Propor projetos para uso de fontes renováveis em prédios da administração da prefeitura (solar térmica, fotovoltaica) e em escolas, hospitais, postos de saúde, centros esportivos;
4. Impactos das mudanças climáticas no consumo e distribuição de energia elétrica no MSP.

Representantes do Subgrupo 2:

José Ricardo - Secretaria Estadual de Energia – SSE; Alexandre - SF; Carlos Alberto - SGM, José Aquiles - IEEUSP. Greenpeace; EDP;

TEMAS PRIORITÁRIOS	OBJETIVO	PRÓXIMAS ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	PRAZO
1 – Levantar leis que favoreçam o uso de fontes alternativas de energia e eficiência energética no âmbito municipal Exemplo : Lei solar térmica do município de São Paulo e de outros municípios brasileiros	Com base no levantamento propor novas leis e incentivos ao uso de fontes alternativas de energia e eficiência energética que tenham impacto na redução de GEE	Chamar o pessoal de Belo Horizonte para falar sobre os impactos e resultados nos empreendimentos imobiliários que incorporam o aquecimento solar térmico(pessoal do Cidades Solares) Levantar legislação existente e sendo proposta e Propor um texto para discussão de base para esta legislação e como melhorar a implantação das leis existentes	Aquiles - IEEUSP	

<p>2 – Propor a criação de leis/ incentivos que favoreçam o uso de biocombustíveis na cidade para transporte e uso para geração de energia(em grupos geradores ou sistemas que possam utilizar biocombustíveis).</p>	<p>Com a implantação desta legislação haverá redução da emissão de GEE</p>	<p>Propor o uso de biocombustíveis na prefeitura. Propor um texto para discussão de base para esta legislação Fazer um piloto em instalações da prefeitura</p>		
<p>3 – Criar legislação/incentivos para destinar a coleta de material orgânico(resto de restaurantes, etc)e poda de arvores para compostagem e biodigestores para a produção de adubo e gases para gerar calor e/ou energia elétrica</p>	<p>Dar destino aos resíduos de poda de arvores e material orgânico gerado na cidade para produção de adubo e gases para gerar calor e/ou energia elétrica</p>	<p>Implantar nas unidades da prefeitura sistemas de compostagem e biodigestores. Levantar legislação existente e projetos de leis (PL) e propor um texto para discussão de base para esta legislação Fazer um piloto em instalações da prefeitura</p>		
<p>4 - Criar legislação/incentivos para a implantação de sistemas de co-geração para diversas aplicações onde há necessidade de geração de calor e energia elétrica Exemplo: geração de vapor ou água quente e energia elétrica em hospitais</p>	<p>Aperfeiçoar sistemas de instalações que necessitem de duas formas de energia.</p>	<p>Levantar o potencial de co-geração em instalações da prefeitura e escolher piloto para implantar em alguma unidade da prefeitura. Levantar legislação existente e sendo proposta e propor um texto para discussão de base para esta legislação Fazer um piloto em instalações da prefeitura</p>		

5- Estudar formas de implantar contratos de “performance” de estudos de eficiência energética no setor público	Com os contratos de “performance” as ESCOs podem viabilizar em escala estudos de eficiência energética no setor público.	Levantar quais as dificuldades deste tipo de contrato no setor público e as possíveis saídas.	Secretaria de Saneamento e de Energia	
6 – Criar lei e incentivos para uso de iluminação pública auto-suficientes com geração foto-voltaica de energia com uso de baterias com a possibilidade de exportar o excedente de energia para a rede da concessionária. Fazer um piloto em instalações da prefeitura	O uso desta tecnologia permitirá a redução de custos com energia elétrica da prefeitura e uma possível fonte de renda	Levantar experiências de outras cidades e fazer estudos de viabilidade e de impacto desta solução tecnológica. Levantar legislação existente e sendo proposta e propor um texto para discussão de base para esta legislação. Fazer um piloto em instalações da prefeitura		
7- Implantação da etiquetagem do Inmetro de Edificações Energeticamente Eficientes nos edifícios da prefeitura.	A etiquetagem proposta garante segundo indicadores o aumento da eficiência das edificações	Propor ações para diagnosticar e tornar os prédios da prefeitura melhor qualificados na faixas propostas pela etiquetagem.		
8 – Criar lei e incentivos para implantação de sistemas de processamento de lixo que permitam a separação do lixo reciclável e a produção de material sólido, que permita gerar calor/energia elétrica por queima com minimização de emissão de gases poluentes	Dar destino para o lixo urbano através de reciclagem e geração de calor/energia elétrica	Levantar legislação existente e sendo proposta e propor um texto para discussão de base para esta legislação. Implantar uma usina piloto para avaliar resultados.		

<p>9 - Criar lei e incentivos para implantação de sistemas de Geração Própria de Energia utilizando fontes renováveis que permitem atender consumo próprio e possível exportação de energia elétrica no conceito de “Smart Grid” Implantar sistemas nas instalações da prefeitura</p>	<p>Reduzir o uso de geração de energia em locais distantes e usando geração renovável local com redução de GEE</p>	<p>Levantar legislação existente e sendo proposta e propor um texto para discussão de base para esta legislação. Fazer um piloto em instalações da prefeitura</p>		
---	--	---	--	--